UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

JOSÉ HIAGO SOARES SILVA

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL: seus institutos despenalizadores

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2021

JOSÉ HIAGO SOARES SILVA

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL: seus institutos despenalizadores

Trabalho de Conclusão de Curso – *Artigo Científico*,
apresentado à Coordenação do Curso de Graduação
em Direito do Centro Universitário Doutor Leão
Sampaio, em cumprimento às exigências para a
obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Esp. José Boaventura Filho

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2021

JOSÉ HIAGO SOARES SILVA

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL: seus institutos despenalizadores

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso de José Hiago Soares Silva

Data da Apresentação ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Esp. José Boaventura Filho

Membro: (TITULAÇÃO E NOME COMPLETO/ SIGLA DA INSTITUIÇÃO)

Membro: (TITULAÇÃO E NOME COMPLETO/ SIGLA DA INSTITUIÇÃO)

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2021

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL E SEUS INTITUTOS DESPENALIZADORES

José Hiago Soares Silva¹
José Boaventura Filho²

RESUMO

A pesquisa em questão, tem como objetivo, discutir a Lei 9.099/95, a Lei dos Juizados Especial Criminal, que é uma Lei cujo tem o rito processual adotado pelos Juizados Especial Criminal, que é apropriado para aquelas infrações que se enquadra como sendo de menor potencial ofensivo, além de verificar quais as beneficiações que essa Lei trouxe para a sociedade e para o judiciário, e para o alcance desse resultado fez necessário a realização de uma pesquisa bibliográfica de natureza básica, e obtivesse como resultado que, aqueles que acabam adentrando na esfera judicial para resolver seus conflitos que não detenham de um grau de complexidade elevada, acaba sendo direcionada para o Juizado Especial, o que é de grande benefício já que para as partes são poupados tempo e dinheiro, além de ser possível desempenhar o direito, além do mais, foi possível ter diminuído a sobrecarga que o poder judiciário vinha sofrendo.

Palavras Chaves: Juizado Especial Criminal. Regulamento Despenalizadores. Lei 9.099/95.

ABSTRACT

The research in question aims to discuss Law 9.099/95, the Law of the Special Criminal Courts, which is a law that has the procedural rite adopted by the Special Criminal Courts, which is appropriate for those offenses that fit as being of less offensive potential, in addition to verifying which benefits this law brought to society and to the judiciary, and to achieve this result made necessary the completion of a bibliographic research of basic nature, and obtained as a result that those who end up entering the court to resolve their conflicts that do not hold a degree of high complexity, is directed to the Special Court, which is of great benefit since for the parties are saved time and money, besides being possible to perform the right, moreover, it was possible to have reduced the overload that the judiciary was suffering.

Keywords: Special Criminal Court. Decriminalizing Regulations. Law 9.099/95.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho teve como motivação o trabalho de conclusão de curso, que tem como objetivo à análise da Lei 9.099/95, e os benefícios que essa Lei acarretou para o judiciário e a sociedade.

¹ Graduando no curso de Direito, no Centro Universitário Doutor Leão Sampaio_ e-mail: josehiago000@gmail.com

² Professor orientador do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Pós-graduado em Direito pela Universidade Regional do Cariri, Advogado, com ênfase na atuação de direito penal, processual penal e direito eleitoral_ e-mail: boaventurafilho@leaosampaio.edu.br

Pode-se dizer em relação ao contexto histórico, é que teve seu início no Rio Grande do Sul, local onde fundado o Conselho de Conciliação, que visava resolver conflitos extrajudicialmente, que continham interesses mais simples, isso faria com que fosse reduzido a quantidade de processos judiciais e de mesmo modo, que fosse concedido ampliação do acesso à justiça. (SOUSA, 2004).

Um ponto importante que é válido salientar, é a criação da Lei 7.244, que era a Lei responsável pelo Juizado Especiais de Pequenas Causas, pois era um mandamento constitucional que de certa forma viabilizava a aproximação da justiça pertencente à criação dos Juizados Especiais, fazendo assim que o indivíduo do Poder judiciário, nesse caso englobando tanto no âmbito estadual e federal, estabelecendo princípios como por exemplo o da celeridade e simplicidade. (SOUSA, 2004).

A Constituição Federal de 1988, foi responsável por impor o Juizado Especial, que anteriormente era chamado de Juizado de Pequenas Causas, conforme o art. 24, inc. X da Constituição Federal, e após a Lei 9.099/95 foi que houve essa mudança de nome. Vale ressaltar também que, passou a ser obrigatório os Juizados Especiais, sendo que anteriormente era opcional o estado ter ou não, sendo assim, foi positivado no art. 98, I da Constituição Federal, com a ampliação de esfera de abrangência de atuação, porém dessa vez, não mais restrita a causas pequenas e agora com competência para com causas de menor complexidade, como já mencionado, tanto na esfera estadual como federal, e que assim foi incorporado no âmbito processual Brasileiro um sistema realmente revolucionária. (BACELLAR, 2003)

A Lei 9.099/95, tem mais de duas décadas e meia de vigência, tempo esse que alguns doutrinadores a conceituaram de algumas maneiras:

Pois é possível dizer que se trata de um complexo ágil e simplificado de distribuição da justiça pelo Estado. Encarregando-se das causas do dia a dia das pessoas, não interessando as condições econômicas de cada uma delas, sendo que os Juizados Especiais aproximam o cidadão comum e a justiça, batalhando assim com a impunidade e descontrole que hoje a todos aflige. (CHIMENTI, 2005).

Portanto, a respeito do mesmo assunto, ficando o entendimento de ambos da seguinte forma que o sistema do Juizado Especial está presente para ser um conglomerado de princípios e regras que dessa forma fixam, disciplinam e regulam um método novo de processar as causas de menor complexidade e as I.M.P.O (infração de menor potencial ofensivo). Sendo o Juizado Especial regido pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, celeridade e economia processual, para assim julgar com preceitos próprios. (NETO, e JUNIOR, 2007).

Quanto a questão da problemática, é discutido a análise da Lei 9.099/1995 (Juizado Especial Criminal) em serventia a sociedade.

A respeito do objetivo geral, será realizar a análise da Lei 9.099/95, no quesito de sua fase preliminar, além de verificar as beneficiações que o Juizado Especial Criminal trouxe para a sociedade.

Quanto o objetivo específico, recairá sobre refletir sobre a utilização dos Juizados Especiais Criminais e sobre a sua serventia em meio a sociedade.

Essa pesquisa em questão perpassa as discussões acadêmicas podendo assim contribuir para a sociedade, como sendo uma fonte de entendimento da legislação, pois esse trabalho está sendo desempenhado visando exatamente que seja um conteúdo de estudo didático para a sociedade, lhes possibilitando assim que se tenha uma fonte de estudo.

A pesquisa tem em seu foco, analisar a Lei 9.099/95 e todas as serventias que ela encaminhou para a sociedade.

É de competência do Juizado Especial Criminal, aquelas ações cujo a pena seja considerada de menor potencial ofensivo, que é de 2 (dois) anos de privação de liberdade. É bastante aplicado quando ocorre contravenções como por exemplo, vias de fato e perturbação da tranquilidade, e em relação a crimes, é possível ter a presença do Juizado Especial em crimes como lesão corporal (art. 129 do Código Penal), ameaça (art. 147 do Código Penal), dano (art. 163 do Código Penal), realizar a comunicação falsa de crime ou contravenção (art. 340 do Código Penal), todos esses exemplos seriam destinados ao Juizado Especial.

Referente a natureza, a pesquisa caracteriza como sendo de natureza básica pura, “que é uma modalidade de pesquisa que procura o progresso científico, a ampliação de conhecimentos teóricos, sem a preocupação de utilizá-las na prática. É uma pesquisa formal, tendo em vista generalizações, princípios e leis.” (MARCONI; LAKATOS; 2017). A pesquisa utilizada nesse estudo, é a pesquisa exploratória, que é uma pesquisa que tem por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias. (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007).

Quanto a abordagem, foi adotada a forma qualitativa, que segundo (Denzin e Lincoln, 2006), “a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. ”

“Quanto a fonte, foi adotada uma fonte documental, pois consiste num intenso e amplo exame de materiais que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos.” (GUBA E LINCOLN, 1981).

A respeito dos procedimentos, caracterizou-se como sendo o documental, que é uma pesquisa que “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc.” (FONSECA, 2002, p. 32).

O cenário para elaboração desse trabalho é baseado em livros, como o “Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal” que tem como autores o Alexandre Flexa, Alexandre Chini, Rodolfo Kronenberg Hartmann, Daniela P. Madeira, Fabrício Fernandes de Castro, obra publicada no ano de 2020, outra obra é a chamada “Juizados Especiais Criminais” que por sua vez foi escrito por Diogo Alexandre Restani, em 2019, além também dos conhecimentos publicados em sites de estudos pelo Professor e delegado da Polícia Federal, Juliano Yamakawa.

E como benefício, é trazer uma discussão sobre o tema para futuros leitores e entusiastas a respeito do tema.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1 CONCEITO E PRINCÍPIOS DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Conceituando o que seria a Lei do Juizado Especial Criminal, seria nada mais que órgãos do Poder Judiciário que tem o dever de julgar infrações de menor potencial ofensivo, fazendo uso da celeridade, e assim resolvendo o conflito pertinente. (FAVERI, 2018).

Ou seja, além de ter previsão constitucional, os Juizados Especiais foram criado para desafogar um pouco o poder judiciário, pois processos judiciais por sua natureza são custosos, lentos, além de burocrático, sem mencionar toda a formalidade, isso acarreta em custos altos para as partes, e também para o judiciário, além do mais, deixa o processo muito moroso, por isso a necessidade da efetivação de soluções rápidas, portanto, tudo aquilo que fosse encaminhado para o judiciário e fosse de baixa complexidade era direcionado para esses Juizados Especiais, por ser mais interessante a resolução de forma mais pratica. Toda vez que se fala em ação penal ou processo penal, é necessário sempre lembrar que o processo penal ele é bem mais tratado, pois tudo exige muita cautela, porque no final das contas, a consequência que se tem em uma ação penal, via de regra, é a restrição da liberdade de uma pessoa, e parando para fazer uma reflexão, a restrição de liberdade de alguém, é o que se tem de mais importante

posteriormente a vida, então, em outras palavras, para se chegar ao ponto de restringir a liberdade de alguém, tem que se passar por um processo muito lento e bastante cuidadoso.

Pensando nisso, como que seria possível ser criado um processo mais rápido na esfera criminal, compatibilizando com essa liberdade da pessoa? Cogitando sobre isso, o Jecrim, sabendo da necessidade de se ter um processo mais célere, mais simplificado, ele renuncia que no final dos trâmites se tenha uma prisão. Portanto, se de um lado existe a simplificação, do outro a pena não pode ser tão grave, existindo assim um equilíbrio perfeito, pois quando se faz referência ao Juizado Especial, é necessário saber pensar em celeridade, simplicidade, mas não em pena de prisão, nesse caso há o sacrifício \ morosidade, no caso, toda a formalidade em prol da celeridade e ao mesmo tempo não imputando uma pena de prisão. Existindo assim, a reparação de danos e penas alternativas, penas não privativas de liberdade.

Tendo como documentos para análise, a própria Lei 9.099/95. Ainda se tem por objetivo demonstrar como aconteceu a criação do Juizado Especial Criminal, e o funcionamento de seus princípios, ressaltando assim os benefícios que esse Lei trouxe para a sociedade e para todo o judiciário.

Sendo esses princípios a oralidade, informalidade, economia processual e celeridade. Desse modo é possível conceituar a oralidade como sendo um princípio que está vinculado entre o magistrado e o jurisdicional, assim possibilitando uma resolução célere para o conflito, sendo esse princípio considerado uma modernização na esfera jurídica tradicional. (PINTO, 2012)

Sendo que para Albino, (2014), a informalidade é definida da seguinte forma:

“Nos juizados tramitam processos de menor complexidade, considerado uma alternativa mais simplificada do processo comum, cujo intuito é oferecer de maneira mais rápida a solução do litígio.”

Já para Reinaldo Filho, (1999), a economia processual é um princípio que objetiva a melhor conclusão no processo revertendo na redução das custas processuais.

E por fim, a celeridade, que para Miola; Dourado, (2017), “a celeridade representa um princípio que não orienta somente os processos nos Juizados Especiais, mas todo o processo judicial ou administrativo, ao qual se obedece às partes.”

2.2 ANÁLISE DA LEI 9.099/95, EM SUA PARTE CRIMINAL

É de suma importância ressaltar que, a Lei 9.099/95, ela trata dos chamados Juizados Especiais, tanto o Juizado Especial cível, quanto o criminal. Esse estudo apenas trabalhará

metade desta lei, ou seja, somente a parte do Juizado Especial Criminal, que basicamente tem seu início a partir do art. 62.

Analisando o art. 62 da Lei 9.099/95, em seu texto legal:

Art. 62. O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da **oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade**, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de **pena não privativa de liberdade**.
Brasil (1995).

Como já destacado acima, fica fácil de perceber então que, no Jecrim, tem a existência da celeridade e simplicidade, mas em contrapartida não se tem a prisão, e sim a reparação de danos e penas alternativas, que não são privativas de liberdade. A respeito da finalidade, como destacado em negrito acima, a parte final do artigo já traz essa resposta, a reparação dos danos e penas não privativas de liberdade.

Dessa maneira, o questionamento é sobre o Jecrim, irá se ter uma situação em que o foco não é a prisão, mas será a reparação dos danos. Isso é um benefício que se tem no Juizado Especial, pois se tira um pouco o foco do agressor, e passa a analisar do ponto de vista da vítima, imaginando que uma compensação financeira não poderia afastar o Direito penal e ressarcir a vítima disso.

2.3 INFRAÇÃO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO E CONCURSO DE CRIMES

Para se saber o que seria uma infração considerada de menor potencial ofensivo, irá ser necessário recorrer a letra de lei:

Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as **contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa**.
Brasil (1995).

Com uma simples leitura nos pontos destacados, é possível compreender o que seria uma infração de menor potencial ofensivo. Se o crime tem pena não superior a dois anos, será destinado para o Jecrim, se for uma contravenção penal, independentemente de sua pena, também irá para o Jecrim. Também existe a possibilidade de um outro crime que não se adequa exatamente as definições do art. 61 da Lei 9.099/95, mas que é tratado no Jecrim, esse crime, esse crime é o que está previsto no art. 28 da Lei 11.343.

A Lei de Droga em seu art. 28, traz consigo o seguinte texto:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

- I - advertência sobre os efeitos das drogas;
- II - prestação de serviços à comunidade;
- III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Brasil (1995).

Conforme a consolidada jurisprudência dos Tribunais Superiores, é sim possível que seja aplicado os institutos previstos na Lei no 9.099/95 para o crime de posse para consumo. O art. 28 não traz consigo uma pena muito normal, e sim uma pena ‘sui generis’, e apensar desse crime não se adequar a definição de menor potencial ofensivo, mas a jurisprudência admite a aplicação para esse caso em específico. Sendo assim, será destinado ao Jecrim as contravenções, os crimes cujo a pena máxima não ultrapasse 2 anos, e ao art. 28 da Lei 11.343.

Já o concurso de crimes acontece quando o infrator pratica uma ou mais ações, que se resultado em mais de um crime. O concurso de crimes tem como suas modalidades o concurso material, concurso formal, e crime continuado. Então, se o infrator está em cometimento de concurso de crimes, independentemente de sua modalidade, se a soma dos crimes for superior a 2 anos de prisão, não será possível a aplicação da Lei nº 9.099/95. Pois isso é o entendimento do STJ, que não se aplicará os institutos previstos na Lei 9.099/95, quando o cálculo das penas por ele cometido supere 2 anos de prisão.

2.4 FASE PRELIMINAR, PRISÃO EM FLAGRANTE E FIANÇA

A fase preliminar é aquele momento em que ainda não entrou dentro do poder judiciário, portanto, ainda não se tem uma formalização de uma denúncia, por exemplo.

Por ser um processo mais simplificado, não se é exigido que se faça a instauração de inquérito policial na fase investigatória, não é que é proibido, apenas é recomendado que seja lavrado o termo circunstanciado de ocorrência (TCO).

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários. Brasil (1995).

Em relação a prisão em flagrante e ao pagamento de fiança, na esfera do Jecrim, não se é imposto a prisão em flagrante, além de não se arbitrar fiança, conforme o art. 69 em seu parágrafo único da Lei 9.099/95:

Art. 69, Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for

imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, **não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança**. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima. Brasil (1995).

A própria Lei veda tão hipóteses, em sua própria redação legal. Além do mais, bastaria apenas lembrar o que já foi dito anteriormente, se no final do processo do Jecrim já se tem a convicção que não irá ocorrer a prisão, não faz sentido realizar a prisão em flagrante, diante disso, a hipótese de fiança também é descartada.

2.5 INSTITUTOS DESPENALIZADORES: COMPOSIÇÃO CÍVEL, TRANSAÇÃO PENAL E SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (SURSI PROCESSUAL)

Essas três hipóteses despenalizadores só podem ocorrer posteriormente a lavratura do TCO, pois será designado assim uma audiência preliminar para que se possa buscar a resolução do conflito com uma reparação dos danos à vítima. O art. 72 e 74 da Lei 9.099/95 diz o seguinte:

Art. 72. Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. Brasil (1995).

Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente. Brasil (1995).

Na composição cível, é necessário que ambas as partes desejem realizar o acordo, caso contrário, não será possível a utilização dessa medida despenalizadora. Mas caso ocorra que o infrator e a vítima cheguem a um acordo, o juiz assim o homologará através de sentença que é irrecorrível, e assim ganharam eficácia de título executivo cível.

Já a Transação Penal, ela ocorre quando a vítima não quis realizar um acordo, ou as partes não chegaram a um consenso, sendo assim, o Ministério Público poderá apresentar uma proposta de transação penal, o Ministério Público não é obrigado a apresentar essa proposta, pois não é critério subjetivo do acusado, mas se caso ocorra uma proposta para o infrator, tem que verificar se é possível essa proposta, pois existem algumas restrições, essa transação penal não se aplica para qualquer pessoal, conforme o art. 76, § 2º da Lei 9.099/95:

Art. 76, § 2º. Não se admitirá a proposta se ficar comprovado:

I - ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

II - ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;

III - não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.
Brasil (1995).

Ou seja, para ser possível receber uma proposta de transação penal, o infrator não poderá ser reincidente, não pode ter usufruído desse mesmo benefício nos últimos 5 anos e circunstâncias pessoais favoráveis.

Caso o Ministério Público e o infrator tenham firmado uma transação penal, e posteriormente o infrator venha a descumprir o acordo, volta para o início, onde dessa vez o Ministério Público irá oferecer a denúncia. Conforme a Súmula vinculante 35 do STF:

Súmula vinculante 35-STF: A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

É extremamente importante não confundir os institutos, a composição cível se faz com a vítima, gerando assim apenas efeito civil, então não se tem efeito penal, já a transação penal se faz com o Ministério Público e não é uma reparação de danos, e sim uma imposição de restritiva de direito ou pagamento de multa, e ainda assim não tem efeito penal, desde que cumprido todos os termos da transação penal.

O último instituto despenalizador é o chamado, suspensão condicional do processo, que tem sua previsão no art. 89 da Lei 9.099/95, esse instituto permite que seja suspenso o processo por um prazo de 2 a 4 anos, que visa apurar crimes cuja pena mínima somada seja igual ou inferior a um ano.

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, **desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime**, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena

§1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II - proibição de frequentar determinados lugares;

III - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;
Brasil (1995).

Ou seja, essa suspensão condicional do processo, é também chamada de Sursis Processual. Um ponto importante que se destaca é o requisito que se tem para a transação penal

e para composição cível, que são: infração de menor potencial ofensivo, que se enquadra a contravenção penal, o art. 28 da Lei 11.343, e os crimes que não tenham penas superiores a 2 anos, mas na suspensão condicional do processo o requisito é diferente, pois não se tem pena máxima com um parâmetro, e sim uma pena mínima igual ou inferior a 1 ano. Já no período de provas, é um período de observação de 2 a 4 anos, nesse tempo será verificado se o infrator cumpriu todas as condições impostas pelo magistrado, se cumprido todas as condições, o juiz extingue a punibilidade, mas se caso não cumpra com as condições, o juiz retira a suspensão e a ação segue normalmente

2.5.1 SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E O CONCURSO DE CRIMES

Do mesmo modo que na composição cível e na transação penal, quando somado as penas dos crimes e assim supera ao limite de 2 anos, não é possível aplicar o Jecrim, o mesmo raciocínio é aplicado na suspensão condicional do processo, se o infrator praticou mais de 1 crime e se somada as penas mínimas, elas ultrapassam 1 ano, não é cabível a utilização da suspensão condicional do processo. De acordo com as súmulas do STF e STJ:

Súmula 723-STF: Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.

Súmula 243-STJ: O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.

2.5.2 SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Existem súmulas do STJ que tratam desse assunto, e assegura que não é possível aplicar a suspensão para crimes praticados com violência doméstica, e familiar contra a mulher.

Súmula 536-STJ: A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Juizado Especial que antes era conhecido como juizado de pequenas causas, é hoje o endereçamento da justiça onde se resolve conflito que detém de um menor nível de

complexibilidade. O Juizado Especial que vulgarmente é chamado de Jecrim ou juizado de pequenas causas criminais, o Juizado Especiais Criminais foi criado com o objetivo de desafogar a justiça criminal que já é bastante morosa. Sendo assim, o legislador escolheu algumas condutas como sendo de menor potencial ofensivo, como sendo condutas em que deverias criar mecanismo para resolver esses conflitos. O intuito do juizado especiais é processar as infrações de menor potencial ofensivos, aqueles delitos que a lei impõe pena não superior ou igual a 2 anos de detenção, como por exemplo, lesão corporal, crimes contra a honra, injúria e a difamação, então são delitos que comumente pessoas podem cometer em seu cotidiano, esses delitos que causam menos impacto na sociedade, o legislador optou por escolher mecanismo para evitar processos trabalhosos, demorados e de custos altos para a administração.

A lei 9.099/95, prevê uma serie de acordo, e que dentre desses acordos, a Lei prevê a chamada transação penal, que é uma aplicação imediata de pena, como por exemplo, em pagamento de cestas básicas ou então em serviços comunitários. A transação penal consiste em um acordo que se dá entre o Ministério Público e o autor do fato em que o autor do delito aceita a aplicação imediata da pena, que pode ser pagamento de cesta básica ou a prestação de serviço a comunidade. A aceitação da transação penal não significa que o autor assume o cometimento daquele crime, após o cumprimento do acordo da transação penal, é extinta a punibilidade, ou seja, o autor deixa de ser processado. Um dos benefícios que a transação penal traz é que com a extinção da punibilidade, o agente permanece primário, porém a transação penal também traz consigo alguns inconvenientes, o principal deles é que, aquela pessoa que tenha aceitado o acordo de transação penal, terá que ficar 5 (cinco) anos sem a possibilidade de lhe ser oferecido novamente esse benefício.

Outro benefício que visa desafogar a justiça prevista na Lei 9.099/95, é a suspensão condicional do processo. Na suspensão condicional do processo, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão condicional do processo por um período equivalente a 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou tenha sido condenado por outro crime. Na suspensão condicional do processo, durante período chamado de “prova”, que é exatamente esse período de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, o acusado terá que cumprir uma série de condições, tais como: a reparação do dano, a proibição de frequentar determinados lugares, por exemplo, estádio de futebol, casas de shows, ou o lugar que teria ocorrido o suposto fato criminoso, é proibido também ao acusado se ausentar da comarca de sua residência sem a autorização do Juiz, além de ter que comparecer em juízo para

justificar as suas atividades, ao final deste período de prova, após todo o cumprimento de condições do acordo, também se dá a extinção da punibilidade.

Via de regra, todo o procedimento do Juizado Especial Criminal tem início na delegacia de polícia, local onde é lavrado o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), que é a narrativa do fato criminoso e a qualificação do(s) indivíduos envolvidos, tanto a vítima quando do acusado e também se tiver, as testemunhas, após a lavratura desse termo, é encaminhado ao Juizado Especial Criminal, normalmente com a data marcada para uma audiência preliminar, onde via de regra se faz presente a vítima, o autor do fato, e o objetivo dessa audiência preliminar e da oportunidade para que as partes entre em um acordo, caso não resulte em um acordo, o Ministério Público pode propor a transação penal, em hipótese de recusa da transação penal, os autos são encaminhados para o Ministério Público que poderá oferecer denúncia em face do acusado, com o oferecimento da denúncia, é oferecido também ao acusado se for primário, possuidor de bons antecedentes e não estiver sendo processado naquele momento, a suspensão condicional do processo, nesse momento se o autor do fato aceita a suspensão condicional do processo e cumpre com todo o combinado, após o termino, o processo também é extinto.

Após o recebimento da denúncia começa a instrução do processo, em que serão ouvidas as testemunhas de acusação, se tiver, a vítima, as testemunhas arroladas pela defesa, e por último, o interrogatório do acusado. Seguidamente o interrogatório, é aberta a palavra as partes para a apresentação das alegações finais, que são as razões que deverão levar ou a condenação do acusado, ou a sua absolvição, depois das alegações finais das partes, chega o momento em que será proferida a sentença do Juizado Especial Criminal. Da sentença proferida, caberá o recurso de apelação, que será julgado pela turma recursal que é composta por 3 (três) juízes também de primeiro grau, que analisaram toda a matéria naquele processo. Do acórdão proferido pela aquela turma recursal, também cabe recurso, dessa vez ao Supremo Tribunal Federal, recurso esse que é chamado de recurso extraordinário, recurso este que analisará possíveis violações a constituição, este recuso por sua vez, não será realizado por 3 (três) juízes, mas sim por 5 (cinco) ministros.

A pesquisa tinha como objetivo apresentar os benefícios que o a Lei 9.099/95 trouxe para a sociedade e como ela foi importante para o ajudar a justiça com seus milhares de processos, surgindo assim como um mecanismo para desafogar o judiciário.

Dentre as melhorias trazidas para a sociedade, pode-se citar a celeridade na resolução de conflitos, pois muitas das vezes processos tramitam por anos até chegar a sua resolução em definitivo, outra benefício trazido, foi quanto as medidas despenalizadoras, como por exemplo,

a transação penal, que se o autor aceitar o acordo e cumprir todo o combinado, permanecerá sendo primário e possuidor de bons antecedentes, é basicamente uma segunda chance que o legislador quis dar para o indivíduo que veio a cometer uma infração de menor potencial ofensivo.

Por tanto, fica essa pesquisa com o intuito de colaborar com quem deseje buscar o conhecimento sobre a legislação, e quanto a seus benefícios trazidos consigo e que foi implantado em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

Albino et al. **Os princípios norteadores do juizado especial cível como busca por uma prestação jurisdicional mais rápida e eficaz.** 2014;

BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.** Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências;

BACELLAR, Roberto Portugal. Juizados Especiais: a nova mediação para processual, São Paulo. **Revista dos Tribunais.** 2003;

BERVIAN, Pedro Alcino. **metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007;

CHINI, Alexandre. Livro **Juizados Especiais Cíveis e Criminais no Âmbito da Justiça Federal - LEI N.º 10.259/2001**, obras publicadas no ano de 2020;

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007;

CASTRO, Fabrício Fernandes. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais no Âmbito da Justiça Federal - LEI N.º 10.259/2001**, obras publicadas no ano de 2020;

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Teoria e prática dos juizados especiais cíveis estaduais e federais.** São Paulo: Saraiva, 2005, p.05;

DENZIN, N. K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41;

DOURADO, Edvânia Nogueira. **Da Lei n. 9.099/95 sob a perspectiva do acesso à justiça** 2017;

FILHO, Demócrito Ramos Reinaldo. **Juizados especiais cíveis:** comentários à Lei N° 9.099 de 26 de setembro de 1995. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999;

FLEXA, Alexandre. Livro **Juizados Especiais Cíveis e Criminais no Âmbito da Justiça Federal - LEI N.º 10.259/2001**, obras publicadas no ano de 2020;

FAVERI, Fernanda Cristina Weirich. **Juizado Especial Criminal e suas características**, Jus.com.br, 2018. Disponível em < <https://jus.com.br/artigos/65359/juizado-especial-criminal-e-suas-caracteristicas#>>. Acessado em 15 nov. 2021;

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002;

GUBA. **Effective Evaluation**. São Francisco: Jossey-Bass. 1981;

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais no Âmbito da Justiça Federal - LEI N.º 10.259/2001**, obras publicadas no ano de 2020;

JUNIOR, Joel Dias Figueira. Juizados especiais cíveis e criminais: comentários à lei 9099/95. 5. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2007;

LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.;

LINCOLN, Y. S. **Effective Evaluation**. São Francisco: Jossey-Bass. 1981;

LAKATOS, **técnicas de Pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017;

MIOLA, Ana Luisa Imoleni. **Da Lei n. 9.099/95 sob a perspectiva do acesso à justiça**, 2017;

MARCONI, **técnicas de Pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017;

MADEIRA, Daniela P. Livro **Juizados Especiais Cíveis e Criminais no Âmbito da Justiça Federal - LEI N.º 10.259/2001**, obras publicadas no ano de 2020;

NETO, Fernando da Costa Tourinho. Juizados especiais cíveis e criminais: comentários à lei 9099/95. 5. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2007;

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Juizados especiais cíveis e criminais**, São Paulo: Saraiva, 1996, p. IX;

PINTO, Oriana Piske de Azevedo Magalhães. **Princípios orientadores dos Juizados Especiais**. 2012;

RIOS, Victor Eduardo. **Processo Penal: Procedimentos, Nulidades e recursos**. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009. P.35-51;

RESTANI, Diogo Alexandre. Livro **Juizados Especiais Criminais** em 2019;

REIS, Alexandre Cebrian Araújo. **Processo Penal: Procedimentos, Nulidades e recursos**. 11^a ed. São Paulo: Saraiva, 2009. P.35-51;

SOUSA, Álvaro Couri Antunes. **Juizado especiais federais cíveis: aspectos relevantes e o sistema recursal da Lei nº 10.259/01**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p.53;

SILVA, Roberta da, 2007. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007;

YAMAKAWA, Juliano. **Jecrim**. Disponível em <linktr.ee/prof.julianoyamakawa>. Acessado em 15 nov. 2021.